

## DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E DESEMPENHO ESCOLAR DE ESTUDANTES NEGROS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Claudia Rocha da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** *A presente pesquisa tem o intuito de investigar o desempenho de estudantes negros, remanescentes de Quilombos, na área de Língua Portuguesa a partir da caracterização sócio-linguística da comunidade de fala desses estudantes e do acompanhamento escolar de cada um. Considera-se que a escola não atende à diversidade lingüística, existente na sociedade brasileira e, em decorrência disso, estes usuários e usuários da norma não padrão são vítimas do preconceito lingüístico, além, é claro, do preconceito social e racial. A partir dos resultados da pesquisa, tem-se o intuito de contribuir para a inclusão dos estudantes negros, tendo-se em vista uma educação pluricultural, por entender que a causa do insucesso está, sobretudo, na escola.*

**Palavras-chave:** Diversidade; Língua, Negros.

### PRECONCEITO LINGÜÍSTICO-RACIAL: UMA INTRODUÇÃO

A desigualdade racial no sistema de ensino brasileiro tem aumentado consideravelmente, culminando com a exclusão prematura dos alunos negros da escola ou com um baixo rendimento (principalmente na área de Língua Portuguesa) por parte daqueles que conseguem permanecer na escola.

Considera-se que um dos fatores responsáveis por essa desigualdade é a não aceitação, por parte da escola, da língua falada pelo estudante, em decorrência da diversidade lingüística presente na língua que utilizamos cotidianamente.

Sabe-se que a diversidade lingüística, segundo Pretti, é marcada por variedades geográficas (diatópicas) as quais diferenciam o falar urbano do rural, os dialetos ou falares regionais entre si; e variedades socioculturais (diastráticas), que distinguem os dialetos sociais, culto ou popular, determinadas pelas características individuais (idade, raça, sexo, posição social, local de residência, profissão, classe econômica, grau de escolaridade) e os níveis de fala/registros, formal ou coloquial, de acordo com características ligadas à situação (ambiente, tema, estado emocional do falante, grau de intimidade entre os falantes).

A despeito dessa diversidade, a sociedade seleciona uma modalidade como a de prestígio e a elege como o modelo a ser seguido por todos os usuários da língua, ao passo que desprestigia as demais. Essa atitude configura-se como um forte preconceito contra os falantes das mais diversas variedades não-padrão do português. Nesse contexto, a norma culta é imposta nas escolas, e os alunos que não a conseguem assimilar ficam fadados ao insucesso, o que provoca a evasão escolar.

Dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) demonstram que os alunos negros são excluídos muito cedo das escolas e os que nela permanecem passam por uma sistemática queda do desempenho escolar. Entre 1995 e 2001, Araújo e Castro de Araújo, em artigo publicado no site do INEP, em setembro de 2003, afirmam que a diferença no desempenho escolar na prova de leitura dos estudantes negros, em relação aos brancos, aumentou de 20 para

---

<sup>1</sup> Especialista em Lingüística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa, Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade PEC/UNEB, Professora Auxiliar do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias Campus XX/Brumado – UNEB; [claudiarocha@uneb.br](mailto:claudiarocha@uneb.br); autora.

26 pontos. (...) em leitura, na 4ª série do ensino fundamental, 67% dos estudantes negros apresentam desempenho classificado como ‘crítico’ e ‘muito crítico’ contra 44% de alunos brancos.

A diferença de desempenho entre alunos brancos e negros certamente, segundo esses autores, é fruto de uma “relação entre a pobreza e a percepção e representações sociais sobre a cor do povo brasileiro”. Entretanto, o desempenho de negros e brancos de escolas particulares também não é igual, o que demonstra que o “problema” não está somente na classe social, mas, principalmente, na cor da pele. Assim, se justificam as palavras dos autores, “a escola não é tão eficaz para os negros quanto é para os brancos”.

Em vista disso, partindo-se do interesse pela compreensão dos fenômenos históricos e pela memória social como um fenômeno complexo, construído coletivamente, que se manifesta em vários campos, sobretudo no da linguagem, e pela busca da compreensão das redes de poderes manifestadas através do preconceito lingüístico que prevalece nas sociedades em íntima conexão com a construção das memórias e as tensões entre identidade, alteridade e produção de diferença nos grupos sociais, tem-se em mente investigar os motivos pelos quais o desempenho dos estudantes negros na área de Língua Portuguesa está sempre abaixo do desempenho dos alunos brancos.

Além disso, procurar-se-á identificar a interferência da diversidade lingüística nesse processo. Fez-se a opção por estudantes oriundos de comunidades remanescentes de Quilombos, considerando-se que há um forte preconceito racial quanto aos moradores dessas comunidades, preconceito esse que se estende à língua aí falada. A pesquisa será realizada no município de Brumado, localizado na Serra Geral da Bahia e onde se encontra um dos departamentos da UNEB. A pesquisa fundamentar-se-á, teoricamente, na Sociolingüística Variacionista, na Lingüística Aplicada ao Ensino da Língua Portuguesa, bem como nos estudos que embasam a Educação Pluricultural, a História e a Memória Social.

Será realizada uma caracterização sócio-lingüística das comunidades estudadas a partir de uma abordagem etnográfica. Será feito, também, um acompanhamento do rendimento escolar dos estudantes, selecionados a partir de critérios como série, turno e tipo de escola que frequentam (municipal ou estadual).

## EDUCAÇÃO E IDENTIDADE

Inúmeros são os desafios impostos à educação na contemporaneidade; as transformações pelas quais as sociedades tem passado modificam substancialmente as relações humanas e, sobretudo, a relação do homem consigo mesmo.

O homem pós-moderno passa por uma crise da noção de identidade e de sujeito, construída na modernidade. Sendo assim, a escola deve se adequar aos novos parâmetros que aí se instauram, sobretudo no que diz respeito à aceitação da diversidade e da alteridade dos estudantes.

È importante ressaltar que as identidades, de acordo com Santos (1999, p.135), “não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Identidades são, pois, identificações em curso”. Nessa conjuntura, a escola tem um papel crucial na “construção” da identidade do indivíduo, isso significa que ela deve pôr em prática uma educação pluricultural que vise à construção de “uma sociedade e de uma visão de mundo que proporcione inclusão e justiça social.” (Ataide; Moraes, 2003, p.82).

Acredita-se que esses devam ser os objetivos fundamentais de uma escola pautada na formação integral do indivíduo e que a importância da linguagem nesse tipo de educação é fundamental, principalmente os processos de interação que se dão através dela. Entretanto as

relações entre linguagem e escola são bastante conflituosas e, por esse motivo, precisam, urgentemente, ser analisadas para que se possa compreender o problema do fracasso da educação junto às camadas populares do país.

Isso se torna necessário porque, sem dúvida, há uma íntima relação entre escola, linguagem e sucesso/insucesso do aluno; em outras palavras, isso significa que o desempenho do aluno na escola depende do domínio que ele possui da sua língua, mais especificamente, da norma padrão dessa língua. Desse modo, os alunos que não conseguem obter o domínio desse dialeto estarão sempre em desvantagem em relação àqueles que o conseguem. Infelizmente, isso é o que acontece com uma grande parte dos estudantes negros brasileiros.

Ainda nesse sentido, Soares (1993, p. 43) aponta que Labov (1978), buscando compreender o fracasso escolar de crianças afro-americanas, constatou que o desempenho lingüístico dessas crianças se apresentava perfeitamente adequado a regras discursivas da comunidade e que o sucesso escolar dependia, sobretudo, da aceitação e da incorporação desse dialeto na cultura escolar. A pesquisa de Labov mostra que a causa do fracasso dos alunos está na atitude discriminatória da escola quanto a sua língua e não no próprio aluno, como nos fazem acreditar. Nesse particular, Mattos e Silva (1994, p.266) considera que:

nos primeiros anos de ensino a diversidade lingüística, o pluriculturalismo de certas comunidades, o pluridialectalismo de todos deveria ser respeitado, cultivado, não só para favorecer o desenvolvimento natural da expressão oral, como também para não criar bloqueios que se tornam no futuro intransponíveis não só na comunicação escrita como também na oral.

Essa deveria ser a prática pedagógica adotada nas escolas, pois assim o aluno negro se sentiria incluído em um contexto que, geralmente, não é nada parecido com o seu, visto que a escola reproduz a educação eurocêntrica, onde não há espaço para a abordagem do processo civilizatório e para o desenvolvimento da identidade e da auto-estima do negro.

Para a reversão desse quadro, Mattos (2003, p.233) discute a inserção de valores civilizatórios afro-brasileiros nos currículos escolares, considerando que:

Contemporaneamente, é no interior desta arena conflituosa, permeada pelas injunções da história, que se constroem e reconstróem valores, que se avaliam as possibilidades de que esses valores contribuam para o aperfeiçoamento da nossa civilização, não só através dos processos de elaboração de políticas educacionais e de currículos escolares mas, sobretudo, através de uma nova cultura política que interiorize nossa memória própria e a nossa história afro-descendente como instituidora de novas formas de se organizar as relações humano sociais, nas diferenças e nas semelhanças.

Nesse contexto, faz-se necessário, um estudo acerca do desempenho escolar de estudantes negros oriundos de comunidades remanescentes de Quilombos, o que por si só já é um fator de discriminação na escola e, além disso, é importante caracterizar a língua falada nestas comunidades para, assim, investigar as interferências desta no desempenho escolas desses estudantes.

Sabe-se que as comunidades remanescentes de Quilombos e as comunidades negras tradicionais brasileiras, freqüentemente, optaram pela “invisibilidade” no cenário social como forma de resistência, visando a perpetuação de sua cultura. Entretanto, tem havido uma modificação dessa prática impulsionada pelas próprias necessidades de integração com outras comunidades, até mesmo a título de sobrevivência.

É importante evidenciar que na Bahia há aproximadamente 280 comunidades negras. Trata-se do Estado brasileiro onde há o maior número de núcleos quilombolas, independentemente de mais de 80 mil moradores de antigos quilombos, espalhados por todo o país. A língua falada nessas comunidades, e por esses indivíduos certamente, apresenta características próprias em decorrência das particularidades em função do ambiente onde se deu o seu processo de aquisição da linguagem. Regina Bochicchio, com efeito, em artigo publicado no Jornal A Tarde, por ocasião das comemorações do Dia da Consciência Negra, no ano de 2004, destaca:

Há muito mais da África na língua falada no Brasil - sobretudo na Bahia - do que supõem os acadêmicos que estudam o português formal. Invisíveis perante estudiosos durante séculos, os falares africanos impregnaram o português arcaico, a ponto de palavras originárias dessas línguas serem usadas no dia-a-dia sem que a elas se dê o crédito devido, inclusive nos dicionários”.

Nesse mesmo artigo, a etnolinguísta baiana, Yeda Pessoa de Castro, afirma que a aceitação da influência das línguas africanas na Língua Portuguesa significaria uma “reescrita” da história da formação do português brasileiro. Isso se daria porque é reduzidíssimo o espaço reservado às influências dos falares africanos em nossa língua, o que não ocorre por acaso, vale ressaltar, pois, para uma elite europeizada como a nossa, é inadmissível admitir que uma língua de prestígio literário como a portuguesa tenha sido influenciada por uma língua de negros escravos, de tradição oral.

Toda essa discussão fundamenta-se na existência de uma língua padrão, imune às interferências externas, cristalizada na gramática tradicional que se configura como a única aceitável nos meios escolares e entre as camadas de prestígio da sociedade. As outras modalidades linguísticas que porventura existam, são desprestigiadas, a exemplo das variedades faladas pelas classes populares.

Não se pode, contudo, falar em modalidade correta ou incorreta, pois a função da língua é a comunicação, assim o conceito de correção está ligado ao de funcionalidade. Dessa forma, é importante frisar o papel da norma ou das normas em uma coletividade deve ser flexível, tendo-se em vista que as línguas estão em constante transformação. É preciso que a sociedade leve isso em consideração para que não manifeste sua preferência por uma determinada modalidade da língua e repulsa em relação às outras.

Mas o que ocorre é que a norma, nas palavras de Faraco (2002, p.40):

...deve ser entendida como designando a norma linguística praticada, em determinadas situações, por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionadas com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social.

Dentro dessa perspectiva, não há espaço para os grupos de tradição oral, o que se afigura como uma maneira encontrada pelos grupos dominantes para excluirmos os outros grupos dos processos sociais de apropriação do saber, entendidos aqui como os espaços onde a cultura letrada tem supremacia.

A despeito disso, sabe-se que o padrão não conseguirá jamais suplantar a diversidade porque, para isso, seria preciso o impossível (e o indesejável): “homogeneizar a sociedade e a cultura e estancar o movimento e a história” (FARACO 2002, p.41), o autor indica ainda que o padrão, no Brasil, foi construído, originariamente, de forma demasiadamente artificial, tomando como base a língua de alguns escritores portugueses do romantismo. Essa atitude esconde o desejo da elite conservadora do Brasil, na segunda metade do século XIX, de viver num país

branco e europeu o que a fazia a lamentar o seu caráter multirracial e mestiço no país e, desse modo, reagir contra tudo aquilo que a diferenciava de um certo padrão lingüístico lusitano.

Nesse período, a elite combatia os fenômenos lingüísticos identificados como “português de preto ou pretoguês”, “essa língua de negros boçais e de raças inferiores”, sinônimo de corrupção, degeneração, desintegração. Percebe-se, assim, que vem de longe a atitude purista e normativista da nossa cultura, e isso se tornou um forte fator de discriminação e exclusão sociocultural, principalmente em relação aos negros.

A cultura negra se caracteriza por constituir sua visão de mundo através de uma complexa e riquíssima simbologia, como atesta Luz (1989, p.12), presente, sobretudo, no âmbito das instituições religiosas responsável pela irradiação de valores civilizatórios. Como essa cultura não é representada na escola, ocorre a evasão escolar, visto que o estudante negro não se sente inserido nesse contexto.

Enfrentar as desigualdades raciais presentes no ambiente escolar é uma das saídas para o fim das desigualdades raciais no Brasil. Assim, a iniciativa do governo federal, ao sancionar a lei 10639/2003, que torna obrigatório o ensino de História da África e de Cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, deve contribuir para que o estudante negro sintam-se representado e valorizado socialmente, aprendendo a não silenciar a sua voz, lembrando que Martin Luther King (1929-1968) pregava que “temos de nos arrepender nessa geração não tanto pelas más ações das pessoas más, mas pelo silêncio assustador das pessoas boas”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo-se em vista que, a despeito da diversidade lingüística existente no país, a sociedade seleciona uma modalidade como padrão e a trata como a única aceitável, como modelo a ser seguido por todo e qualquer usuário da língua, conforme indicado no enunciado do problema, de posse dos dados da pesquisa, acredita-se que será possível identificar as causas do insucesso escolar dos estudantes negros e detectar as implicações da diversidade lingüística nesse contexto, no intuito de colaborar futuramente para a consolidação de uma educação pluricultural, que atenda às especificidades de sua “clientela”, os sujeitos da nossa história, na diversidade cultural e lingüística presente na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Henrique & ARAÚJO, Ubiratan Castro. Desigualdade racial e desempenho escolar. 16/09/2003. Disponível em <[www.inep.gov.br/imprensa/artigos/araújo\\_ubiratan.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/artigos/araújo_ubiratan.htm)> Acesso em 15 dez 2004.

ATAÍDE, Yara Dulce B. de & MORAIS, Edmilson Sena de. A (re)construção da identidade étnica afro-descendente a partir de uma proposta alternativa de educação pluricultural. Revista da FAEBA, Salvador, v.1, n. 1, p.81-98, jan./jun.2003.

BOCHICHIO, Regina. Um mundo de palavras.2004 Disponível em <<http://atarde.com.br/especiais/áfrica/língua.php>> Acesso em 15 dez.2004

FARACO, Carlos Alberto. Norma-padrão brasileira:desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos. Linguística da Norma (org.).São Paulo:Loyola, 2002. p.37-61.

LUZ, Marco Aurélio(org.). Identidade negra e educação – Cadernos de Educação Política. Salvador: Edições Ianamá, 1989.

LUZ, Narcimária C. do P.(org.). Pluralidade cultural e educação. Salvador:SECNEB:CES,1996.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Dizem que vai mal o vernáculo no Brasil (reflexão sobre o português e seu ensino. In: Ferreira, Carlota et alli. Diversidade do português do Brasil:estudos de dialectologia rural e outros. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1994, p. 215-227.

MATTOS, Wilson Roberto de. Valores civilizatórios afro-brasileiros, políticas educacionais e currículos escolares.Revista da FAEEBA, Salvador, v.1, n. 1, p. 229-234, jan./jun.2003.

PRETI, Dino. Sociolinguística: Os níveis da fala. Um estudo Sociolinguístico do dialogo na literatura brasileira. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

QUILOMBOS DA BAHIA. Projeto de Documentário. UNEB/PORTFOLIUM, maio de 2003.(texto xerocopiado)

SANTOS, Boaventura de Souza. Pela mão de Alice:o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez,1999.

SOARES, Magda. Linguagem e escola – uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1993.